

# PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Izabel Cristina de Souza  
PUC-Rio  
izabel.souza.rj@gmail.com

## **Introdução**

As pessoas com deficiências (PcDs) no Brasil, como um grupo minoritário, vivenciam situações de exclusão de diferentes ordens, inclusive no âmbito educacional. No entanto, apesar dos desafios que ainda persistem, pode-se observar alguns avanços indicando possibilidades de superação dessas desigualdades.

A perspectiva inclusiva, que preconiza pelo atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas mesmas escolas e classes que os demais estudantes, está em vigor através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI – (Brasil, 2008). Considerando este período de implementação, é fundamental observar as mudanças no cenário de acesso escolar dos estudantes, entendendo que a acessibilidade, por meio de recursos humanos ou estruturais, pode fazer a diferença na trajetória escolar dos estudantes com deficiência e levar à redução de desigualdades que eles vivenciam. Defendemos que a sociologia da educação, como área que se dedica à problemática das desigualdades, pode trazer importantes contribuições no entendimento desse cenário.

O trabalho se propôs a analisar o acesso e o atendimento de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas à luz da sociologia da educação. A pesquisa trata-se do recorte de um ensaio desenvolvido em uma disciplina do programa de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e se relaciona à tese de doutorado em andamento, intitulada “Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos Anos Finais do Ensino Fundamental”.

## **Metodologia**

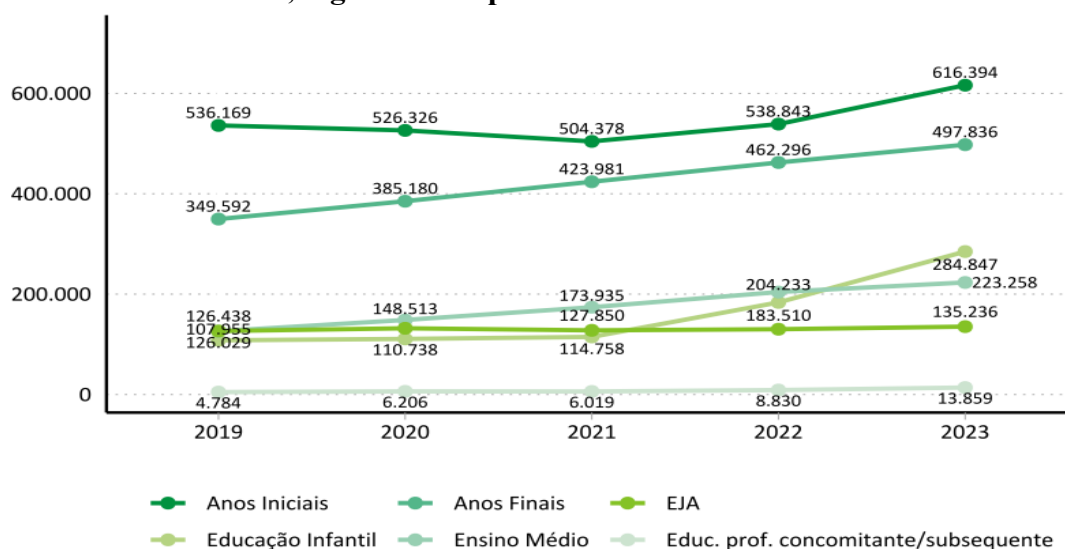
Como metodologia, realizamos um estudo de caso de abordagem qualitativa com base nos dados do Censo Escolar de 2023 (Brasil, 2024). Para a análise, tecemos um

diálogo com os estudos de Forquin (1995), referência no campo da sociologia. Por mais que o foco do autor não seja a deficiência, ele discute sobre temáticas que são muito caras no entendimento da escolarização de pessoas com deficiência, especialmente quanto às desigualdades cognitivas e déficit e as características do alunado.

## Resultados e discussão

Historicamente, os estudos sociológicos se voltam para as desigualdades educacionais e o modo como esse problema acarreta implicações em grupos minoritários que passam por diversos tipos de exclusão social. As pessoas com deficiências (PcDs) no Brasil também compõem um grupo que vivencia desigualdades sociais expressivas, mas com alguns avanços significativos no período mais recente. No âmbito educacional, os dados do Censo Escolar dos anos 2019 a 2023 apresentam a evolução no número de matrículas dessa população:

**Gráfico 1: Número de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino - Brasil - 2019-2023**



**Fonte:** Elaborado pelo INEP com base no Censo Escolar. Extraído do Resumo Técnico do Censo Escolar (Brasil, 2024).

O gráfico 1 sinaliza para o aumento expressivo das matrículas de educação especial na maioria das etapas de escolaridade nos últimos cinco anos. Podemos destacar especialmente a grande presença de estudantes com deficiência nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, além do recente aumento de PcDs na educação infantil. No caso

dos anos finais do ensino fundamental, mesmo durante o período de pandemia do coronavírus (2021-2022), o crescimento de matrículas se manteve. Podemos tecer diversas reflexões sobre essa ampliação, desde as que se referem à maior oferta de atendimento educacional para PcDs, passando pelas questões ligadas ao diagnóstico. Sabe-se que o desenvolvimento científico pode implicar em mais conhecimentos para o acesso aos diagnósticos, seja de forma mais precoce ou não, e para aumentar também o número de diagnósticos. Porém, também é necessário discutir se não é possível que esteja acontecendo um excesso de diagnósticos para nomear estudantes que fogem dos padrões hegemônicos e tradicionais de aprendizagem e desenvolvimento.

Uma das perspectivas teóricas discutidas por Forquin (1995) que poderia explicar as desigualdades educacionais observadas entre os diferentes grupos sociais diz respeito à deficiência cultural, desigualdades cognitivas, ensino compensatório e crítica “radical”. Um aspecto a ser discutido é o apontamento de estudos americanos com uma visão bastante pessimista sobre o desenvolvimento cognitivo de crianças de origem social desfavorecida, entendendo haver um “déficit cognitivo” nesses estudantes. Essas pesquisas indicavam a hipótese da necessidade da “intervenção precoce e sistemática” com as crianças consideradas “culturalmente deficitárias” ou “desfavorecidas”.

Nos anos 1970, também houve o desenvolvimento da “teoria do déficit”, que associava linguagem e pensamento, ou, em outras palavras, funcionamento linguístico e cognitivo. Havia um entendimento de que algumas diferenças de linguagem, culturais e elitistas, podiam ser tratadas como desigualdades e sinais de uma “deficiência ou inferioridade”. Para essa teoria, cuja base era reducionista e normalizante, a escola é compreendida como o espaço de suprir essa “deficiência cultural”. Para Forquin (1995), não há grupos “culturalmente deficientes”, mas grupos desfavorecidos em relação à escola (p.47). Essa instituição, na percepção do autor, muitas vezes destrói a identidade dos estudantes e os desqualifica, sendo responsável pelo fracasso escolar das crianças de classes populares. Além disso, alguns autores relacionavam as desigualdades de desempenho dos estudantes estadunidenses de diferentes grupos sociais a fatores de ordem genética (Forquin, 1995).

Os estudos da sociologia analisados por Forquin (1995) nos permitem levantar a hipótese de que, no contexto brasileiro contemporâneo, há a possibilidade de haver uma categorização de estudantes que divergem dos grupos privilegiados como pessoas com deficiência ou que apresentam algum tipo de déficit. Como a política de atendimento aos estudantes com deficiência define quem é entendido como público-alvo (Brasil, 2008),

mas ainda assim recorre à avaliação médica como parâmetro, há a possibilidade de haver disputas e controvérsias nessa esfera e a classificação equivocada de estudantes como PcDs.

## **Conclusão**

Este trabalho, que se propôs a analisar o acesso e o atendimento de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas à luz da sociologia da educação, relacionou alguns dados recentes do Censo Escolar a um referencial teórico amplamente discutido na sociologia da educação internacional. Tal aproximação indicou caminhos possíveis de reflexão a respeito das deficiências e da sociologia, entendendo o panorama atual da educação especial no Brasil.

A ampliação do atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial, principalmente com a PNEEPEI preconizando a inclusão nas escolas e classes comuns (Brasil, 2008), tem apontado para alguns desafios importantes no que tange ao tipo de atendimento oferecido e os tipos de profissionais atuantes nas escolas para dar suporte a esses estudantes.

Conforme observado, os dados a respeito das matrículas de PcDs nas classes comuns sinalizam para um aumento de matrículas, inclusive nas etapas de escolaridade mais avançadas da educação básica. Esse fator tem grande importância ao indicar a redução das desigualdades de acesso e de permanência de PcDs, mas abre caminhos para discutir sobre as aprendizagens dos estudantes público-alvo da educação especial com os recursos existentes. Frequentando as escolas e classes comuns, torna-se fundamental que o direito à aprendizagem de PcDs seja garantido considerando suas necessidades específicas. Também é importante destacar as concepções das equipes escolares sobre as deficiências, desde a indicação de buscas de diagnósticos para alguns estudantes e a tentativa de categorizá-los em padrões do binômio normalidade X anormalidade.

Pode-se pensar, nessa perspectiva, sobre o papel da escola no enfrentamento das desigualdades, seja mitigando seus efeitos ou potencializando-os. É necessário que as escolas ofereçam oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes, e não limitem os estudantes com deficiência à socialização. Ainda que esse elemento seja importante, não se pode abdicar do principal objetivo da escolarização: ensinar a todos.

## Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Versão preliminar. Brasília: Inep/MEC, 2024.

FORQUIN, J. C. Sociologia das Desigualdades de acesso à educação: Principais orientações, principais resultados desde 1965. In: FORQUIN (Org.) **Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa**, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 21-78.